



SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: PROGRESSO E DESAFIOS

Philip M. Fearnside

Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA)

Manaus, Amazonas

Os serviços ecossistêmicos representam o alicerce de um cenário em potencial para sustentar a população rural da região amazônica, com fluxos monetários baseados no valor desses serviços oriundos da floresta em pé, em lugar da economia atual que está baseada na destruição da floresta. Os serviços ecossistêmicos incluem evitar o efeito estufa por meio da manutenção dos estoques de carbono, manter do ciclo hidrológico (inclusive o transporte de vapor de água para o centro-sul brasileiro e para países vizinhos), e manter os benefícios da biodiversidade. Os benefícios do carbono são os mais próximos a produzir fluxos monetários apreciáveis. Para que o efeito estufa seja controlado, a redução das emissões e o custo correspondente de mitigação, terão que ser várias vezes maior do que as reduções feitas até hoje. Isto significa que programas voluntários, inclusive o fundo voluntário proposto pelo Brasil, não atrairão recursos financeiros nesta escala. Se os países do mundo honrarem seus compromissos sobre o controle do efeito estufa, eles terão que desembolsar tanto dinheiro para alcançar as reduções de emissões formalmente acordadas que não terão dinheiro disponível para programas voluntários. Está, portanto, no interesse do Brasil assumir uma meta nacional para emissões sob a Convenção de Clima (UNFCCC), e pressionar para a inclusão plena e ilimitada de crédito internacionalmente comercializado para o desmatamento evitado como medida de mitigação para todos os países.

Questões sobre os serviços ecossistêmicos podem ser divididos em uma série de “campos de batalha”. Estes incluem o campo dos dados: quanto carbono tem na floresta, quanta água é reciclada, etc. Outro campo engloba arranjos políticos e institucionais: como organizar pagamento por serviços ambientais (PSA) sem criar efeitos colaterais nocivos, etc. Um campo subjacente a todos e que tem um efeito enorme sobre o valor total gerado pelas florestas é o campo “teórico”: como se faz os cálculos. O valor da mitigação de mudança climática atribuído às áreas protegidas na Amazônia depende, substancialmente, de como a contabilidade é feita, e muitas das decisões nesta questão ainda estão em negociação. Apenas reservas perto da fronteira de desmatamento terão valor apreciável se a contabilidade for baseada em “adicionalidade”, que significa comparar as emissões observadas depois de implantar uma reserva ou outra medida de mitigação com as emissões que teriam acontecido em um cenário de linha de base hipotético, sem mitigação. Já foram feitas diversas propostas sobre como deveriam ser construídas tais linhas de base. O valor atribuído ao tempo nos cálculos, como pela aplicação de uma taxa de desconto para o carbono, influencia grandemente a quantidade de crédito de carbono que uma reserva pode ganhar: baixas taxas de desconto favorecem as reservas em comparação com outras opções de mitigação. O “vazamento”, ou os efeitos que uma reserva ou o outro projeto de mitigação provoca fora dos limites do projeto, são críticos a uma contabilidade apropriada dos benefícios líquidos do carbono. O efeito do valor atribuído ao tempo tem uma influência crítica no impacto do vazamento sobre os benefícios creditados às reservas.